STJ00100201 - v. 1

Carlos Roberto Gonçalves

Mestre em Direito Civil pela PUCSP.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil.

DIREITO CIVIL BRASILEIRO

1

Parte Geral

13ª edição
2015

100 ANOS
Saraiva

STJ00100201 - v. 1

Editora Saraiva
Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial *Luiz Roberto Curia*
Gerência executiva *Rogério Eduardo Alves*

Gerência editorial *Thais de Camargo Rodrigues*
Editoria de conteúdo *Eveline Gonçalves Denardi*
Assistência editorial *Bruna Gimenez Boani*

Coordenação geral *Clarissa Baraschi Maria*
Preparação de originais *Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e Ana Cristina Garcia (coords.)*
Arte e diagramação *Claudirene de Moura Santos Silva*
Revisão de provas *Amélia Kassis Ward e Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)*
Serviços editoriais *Elaine Cristina da Silva*
Kelli Priscila Pinto
Camila Artioli Loureiro
Capa *Casa de Ideias / Daniel Rampazza*

Produção gráfica *Marli Rampim*
Impressão RR Donnelley
Acabamento RR Donnelley

ISBN 978-85-02-04410-4 obra completa
ISBN 978-85-02-61661-5 volume 1

Gonçalves, Carlos Roberto
Direito civil brasileiro, volume 1 : parte geral / Carlos Roberto Gonçalves. – 13. ed. – São Paulo : Saraiva, 2015.
Bibliografia.
1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

CDU-347(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito civil 347(81)

Data de fechamento da edição: 6-10-2014

Dúvidas?
Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal

197.441.013.001 967612

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO I
CONCEITO E DIVISÃO DO DIREITO

1. Conceito de direito 19
2. Distinção entre o direito e a moral 21
3. Direito positivo e direito natural 22
4. Direito objetivo e direito subjetivo 24
5. Direito público e direito privado 26
6. A unificação do direito privado 29

CAPÍTULO II
DIREITO CIVIL

1. Conceito de direito civil 32
2. Histórico do direito civil 33
3. A codificação 35
4. O Código Civil brasileiro 38
   4.1. O Código Civil de 1916 38
   4.2. O Código Civil de 2002 40
      4.2.1. Estrutura e conteúdo 42
      4.2.2. Princípios básicos 43
      4.2.3. Direito civil-constitucional 44
      4.2.4. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais 45

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

1. Conteúdo e função 48
2. Fontes do direito 50
3. A lei 51
   3.1. Conceito 51
   3.2. Principais características 52
   3.3. Classificação 54
4. Vigência da lei 59
   4.1. Início da vigência 59
   4.2. Revogação da lei 62
5. Obrigatoriedade das leis 68
6. A integração das normas jurídicas 70
   6.1. A analogia 72
   6.2. O costume 74
   6.3. Os princípios gerais de direito 75
   6.4. A equidade 77
7. Aplicação e interpretação das normas jurídicas 78
8. Conflito das leis no tempo 83
9. Eficácia da lei no espaço 86

Livro I
DAS PESSOAS

Título I
DAS PESSOAS NATURAIS

Capítulo I
DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

INTROITO

1. Nota introdutória 93
2. Personalidade jurídica 94
3. Capacidade jurídica e legitimação 95

DAS PESSOAS COMO SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

4. Os sujeitos da relação jurídica 97
5. Conceito de pessoa natural 99
6. Começo da personalidade natural 100

DAS INCAPACIDADES

7. Conceito e espécies 110
7.1. Incapacidade absoluta 111
7.1.1. Os menores de 16 anos 111
7.1.2. Os privados do necessário discernimento por enfermidade ou deficiência mental 112
7.1.3. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade 119
7.2. Incapacidade relativa 120
7.2.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos 121
7.2.2. Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os deficientes mentais de discernimento reduzido 123
7.2.3. Os excepcionais sem desenvolvimento mental completo 124
7.2.4. Os pródigos 125
8. A situação jurídica dos índios 126
9. Modos de suprimento da incapacidade 129
10. Sistema de proteção aos incapazes 130
11. Cessação da incapacidade 133
11.1. Maioridade 133
11.2. Emancipação 135
11.2.1. Emancipação voluntária 135
11.2.2. Emancipação judicial 137
11.2.3. Emancipação legal 138

EXTINÇÃO DA PERSONALIDADE NATURAL

12. Modos de extinção 143
12.1. Morte real 143
12.2. Morte simultânea ou comoriência 144
12.3. Morte civil 145

12.4. Morte presumida 145

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL

13. Modos de individualização 148
13.1. Nome 148
13.1.1. Conceito 148
13.1.2. Natureza jurídica 151
13.1.3. Elementos do nome 152
13.1.3.1. Prenome 153
13.1.3.2. Sobrenome 154
13.1.4. Imutabilidade do nome 155
13.1.4.1. Retificação de prenome 155
13.1.4.2. Adições intermediárias 159
13.1.4.3. Mudanças no sobrenome 160
13.1.4.4. Outras hipóteses 162
13.2. Estado 170
13.2.1. Aspectos 170
13.2.2. Caracteres 172
13.3. Domicílio 173
13.3.1. Domicílio da pessoa natural 174
13.3.1.1. Conceito 174
13.3.1.2. Espécies 177
13.3.2. Domicílio da pessoa jurídica 180
14. Atos do registro civil 182

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

1. Conceito 186
2. Fundamentos dos direitos da personalidade 188
3. Características dos direitos da personalidade 189
4. Disciplina no Código Civil 192
4.1. Da proteção aos direitos da personalidade 193
4.2. Os atos de disposição do próprio corpo 195
4.3. O tratamento médico de risco 199
4.4. O direito ao nome 203
4.5. A proteção à palavra e à imagem 204

4.6. A proteção à intimidade 207

CAPÍTULO III
DA AUSÊNCIA

1. Introdução 209
2. Da curadoria dos bens do ausente 210
3. Da sucessão provisória 211
4. Da sucessão definitiva 213
5. Do retorno do ausente 214
6. Ausência como causa de dissolução da sociedade conjugal 215

TÍTULO II
DAS PESSOAS JURÍDICAS

1. Conceito 217
2. Natureza jurídica 219
   2.1. Teorias da ficção 219
   2.2. Teorias da realidade 220
3. Requisitos para a constituição da pessoa jurídica 222
   3.1. Começo da existência legal 223
   3.2. Sociedades irregulares ou de fato 226
   3.3. Grupos despersonalizados 228
4. Classificação da pessoa jurídica 232
   4.1. Pessoas jurídicas de direito privado 235
      4.1.1. As associações 236
      4.1.2. As sociedades 240
      4.1.3. As fundações 242
      4.1.4. As organizações religiosas 250
      4.1.5. Partidos políticos 252
5. Desconsideração da personalidade jurídica 252
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas 260
   6.1. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado ... 261
   6.2. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público 263
      6.2.1. Evolução histórica 263
      6.2.2. A Constituição Federal de 1988 264

6.2.3. Responsabilidade por atos omissivos 267
6.2.4. Danos decorrentes de atos judiciais 268
6.2.4.1. Atos judiciais em geral 268
6.2.4.2. Erro judiciário 270
6.2.5. Danos decorrentes de atos legislativos 272
6.2.5.1. Danos causados por lei inconstitucional 273
6.2.5.2. Danos causados por lei constitucionalmente perfeita 273
6.2.5.3. Imunidade parlamentar 274
7. Extinção da pessoa jurídica 275

Livro II
DOS BENS

1. Objeto da relação jurídica 279
2. Bens corpóreos e incorpóreos 281
3. Patrimônio 283
4. Classificação dos bens 285
4.1. Bens considerados em si mesmos 287
4.1.1. Bens imóveis e bens móveis 287
4.1.1.1. Bens imóveis 288
4.1.1.2. Bens móveis 293
4.1.2. Bens fungíveis e infungíveis 296
4.1.3. Bens consumíveis e inconsumíveis 298
4.1.4. Bens divisíveis e indivisíveis 300
4.1.5. Bens singulares e coletivos 302
4.2. Bens reciprocamente considerados 303
4.2.1. Bens principais e acessórios 304
4.2.2. As diversas classes de bens acessórios 305
4.2.2.1. Os produtos 306
4.2.2.2. Os frutos 306
4.2.2.3. As pertenças 307
4.2.2.4. As benfeitorias 309
4.3. Bens quanto ao titular do domínio: públicos e particulares... 312
4.4. Bens quanto à possibilidade de serem ou não comercializados: bens fora do comércio e bem de família 316

Livro III
DOS FATOS JURÍDICOS

Título I
DO NEGÓCIO JURÍDICO

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Fato jurídico em sentido amplo 319
1.1. Conceito 320
1.2. Espécies 321
2. Negócio jurídico 323
2.1. Conceito 323
2.2. Finalidade negocial 326
2.2.1. Aquisição de direitos 326
2.2.2. Conservação de direitos 328
2.2.3. Modificação de direitos 329
2.2.4. Extinção de direitos 330
2.3. Teoria do negócio jurídico 331
2.4. Classificação dos negócios jurídicos 333
2.4.1. Unilaterais, bilaterais e plurilaterais 333
2.4.2. Gratuitos e onerosos, neutros e bifrontes 335
2.4.3. *Inter vivos* e *mortis causa* 336
2.4.4. Principais e acessórios. Negócios derivados 337
2.4.5. Solenes (formais) e não solenes (de forma livre) 338
2.4.6. Simples, complexos e coligados 339
2.4.7. Dispositivos e obrigacionais 340
2.4.8. Negócio fiduciário e negócio simulado 341
2.5. Interpretação do negócio jurídico 343
3. Ato jurídico em sentido estrito 346
4. Ato-fato jurídico 348

ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

5. Classificação 351
6. A tricotomia existência-validade-eficácia 352

7. Requisitos de existência 354
7.1. Declaração de vontade 354
7.1.1. O silêncio como manifestação de vontade 356
7.1.2. Reserva mental 357
7.1.2.1. Conceito 357
7.1.2.2. Efeitos 358
7.2. Finalidade negocial 359
7.3. Idoneidade do objeto 360
8. Requisitos de validade 361
8.1. Capacidade do agente 362
8.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável 364
8.3. Forma 366

Capítulo II
DA REPRESENTAÇÃO

1. Introdução 369
2. Espécies de representação 370
3. Espécies de representantes 371
4. Regras da representação 372
5. Representação e mandato 373
6. Contrato consigo mesmo (autocontratação) 375
6.1. Conceito 375
6.2. Efeitos 376

Capítulo III
DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO

1. Introdução 379
2. Condição 380
2.1. Conceito 380
2.2. Elementos da condição 382
2.3. Condição voluntária e condição legal 383
2.4. Negócios jurídicos que não admitem condição 384
2.5. Classificação das condições 386
2.6. Retroatividade e irretroatividade da condição 393

2.7. Pendência, implemento e frustração da condição 395
3. Termo 396
3.1. Conceito 396
3.2. Espécies 397
3.3. Os prazos e sua contagem 398
4. Encargo ou modo 400

Capítulo IV
DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução 403
2. Erro ou ignorância 404
2.1. Conceito 404
2.2. Espécies 404
2.2.1. Erro substancial e erro acidental 405
2.2.1.1. Características do erro substancial 406
2.2.1.2. Erro substancial e vício redibitório 410
2.2.2. Erro escusável 410
2.2.3. Erro real 414
2.2.4. Erro obstativo ou impróprio 414
2.3. O falso motivo 415
2.4. Transmissão errônea da vontade 416
2.5. Convalescimento do erro 417
2.6. Interesse negativo 418

O DOLO

3. Conceito 419
4. Características 420
5. Espécies de dolo 421

A COAÇÃO

6. Conceito 428
7. Espécies de coação 428
8. Requisitos da coação 429

9. Coação exercida por terceiro 435

O ESTADO DE PERIGO

10. Conceito 436
11. Distinção entre estado de perigo e institutos afins 437
11.1. Estado de perigo e lesão 438
11.2. Estado de perigo e estado de necessidade 439
11.3. Estado de perigo e coação 440
12. Elementos do estado de perigo 441
13. Efeitos do estado de perigo 444

A LESÃO

14. Conceito 446
15. Características da lesão 448
16. Elementos da lesão 450
17. Efeitos da lesão 452

A FRAUDE CONTRA CREDORES

18. Conceito 454
19. Elementos constitutivos 455
20. Hipóteses legais 458
20.1. Atos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida. 458
20.2. Atos de transmissão onerosa 459
20.3. Pagamento antecipado de dívida 460
20.4. Concessão fraudulenta de garantias 460
21. Ação pauliana ou revocatória 461
21.1. Natureza jurídica 462
21.2. Legitimidade ativa 464
21.3. Legitimidade passiva 466
22. Fraude não ultimada 467
23. Validade dos negócios ordinários celebrados de boa-fé pelo devedor 468
24. Fraude contra credores e fraude à execução 470

CAPÍTULO V
DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução 476
2. Negócio jurídico inexistente 477
3. Nulidade 478
   3.1. Conceito 478
   3.2. Espécies de nulidade 478
   3.3. Causas de nulidade 479
4. Anulabilidade 481
   4.1. Conceito 481
   4.2. Causas de anulabilidade 481
5. Diferenças entre nulidade e anulabilidade 482
6. Disposições especiais 484
7. Conversão do negócio jurídico 486

A SIMULAÇÃO

8. Conceito 487
9. Características da simulação 488
10. Espécies de simulação 489
11. Hipóteses legais de simulação 492
12. Efeitos da simulação 492
13. Simulação e institutos afins 493

TÍTULO II
DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS

1. Disposições aplicáveis 494
2. Críticas à inovação 494

TÍTULO III
DOS ATOS ILÍCITOS

1. Conceito 497
2. Responsabilidade contratual e extracontratual 500
3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal 501
4. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva 502

5. Imputabilidade e responsabilidade 504
5.1. A responsabilidade dos privados de discernimento 504
5.2. A responsabilidade dos menores 506
6. Pressupostos da responsabilidade extracontratual 506
6.1. Ação ou omissão 506
6.2. Culpa ou dolo do agente 507
6.3. Relação de causalidade 508
6.4. Dano 508
7. Atos lesivos não considerados ilícitos 509
7.1. A legítima defesa 509
7.2. O exercício regular e o abuso de direito 511
7.3. O estado de necessidade 512

Título IV
DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

Capítulo I
DA PRESCRIÇÃO

1. Introdução 515
2. Conceito e requisitos 517
3. Pretensões imprescritíveis 518
4. Prescrição e institutos afins 520
5. Disposições legais sobre a prescrição 522
6. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição 526
7. Das causas que interrompem a prescrição 530

Capítulo II
DA DECADÊNCIA

1. Conceito e características 537
2. Disposições legais sobre a decadência 539

Título V
DA PROVA

1. Introdução 541

2. Meios de prova 542
2.1. Confissão 542
2.2. Documento 543
2.3. Testemunha 547
2.4. Presunção 548
2.5. Perícia 549

Bibliografia 551

STJ00105164 - v.4

Carlos Roberto Gonçalves

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil.

DIREITO CIVIL BRASILEIRO

4 RESPONSABILIDADE CIVIL

13ª edição

2018

saraiva jur

ISBN 978-85-472-1328-2 obra completa
ISBN 978-85-472-2246-8 volume 4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gonçalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro, volume 4 : responsabilidade civil / Carlos Roberto Gonçalves. – 13. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

17-1214 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito civil 347 (81)

Data de fechamento da edição: 1º-11-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604438 CAE 623570

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thais de Camargo Rodrigues

Edição Eveline Gonçalves Denardi
Sergio Lopes de Carvalho

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio

Diagramação Claudirene de Moura Santos Silva
Revisão Adriana Bairrada

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva
Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento RR Donnelley

ÍNDICE

Livro I
IDEIAS GERAIS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL

1. As várias acepções da responsabilidade 19
2. Responsabilidade jurídica e responsabilidade moral 20
3. Distinção entre obrigação e responsabilidade 20
4. A importância do tema 21
5. Dever jurídico originário e sucessivo 24
6. A responsabilidade civil nos primeiros tempos e seu desenvolvimento 24
   6.1. Direito romano 24
   6.2. Direito francês 26
   6.3. Direito português 26
   6.4. Direito brasileiro 27
7. Fundamentos 30
8. Posicionamento na teoria geral do direito 31
9. Culpa e responsabilidade 33
10. Imputabilidade e responsabilidade 35
    10.1. A responsabilidade dos amentais 36
    10.2. A responsabilidade dos menores 40
11. Espécies de responsabilidade 42
    11.1. Responsabilidade civil e responsabilidade penal 42
    11.2. Responsabilidade contratual e extracontratual 44
    11.3. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva 48
    11.4. Responsabilidade extracontratual por atos ilícitos e lícitos (fundada no risco e decorrente de fatos permitidos por lei) 52

12. Pressupostos da responsabilidade civil 53

Livro II
ELEMENTOS ESSENCIAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Título I
AÇÃO OU OMISSÃO DO AGENTE

Capítulo I
RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL

CASOS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE POR ATO PRÓPRIO

1. Ação ou omissão: infração a um dever 57
2. Ato praticado contra a honra da mulher 59
3. Calúnia, difamação e injúria 61
4. Demanda de pagamento de dívida não vencida ou já paga 63
5. Responsabilidade decorrente do abuso do direito 67
6. Responsabilidade decorrente do rompimento de noivado 71
7. Responsabilidade decorrente da ruptura de concubinato e de união estável 75
8. Responsabilidade civil entre cônjuges 81
9. Responsabilidade civil por dano ecológico ou ambiental 85
   9.1. O direito ambiental 85
   9.2. A responsabilidade civil por dano ecológico 87
   9.3. A responsabilidade objetiva do poluidor e as excludentes do caso fortuito ou da força maior 90
   9.4. Os instrumentos de tutela jurisdicional dos interesses difusos 91
   9.5. A reparação do dano ambiental 94
10. Violação do direito à própria imagem 97
11. A AIDS e a responsabilidade civil 101
12. Responsabilidade civil na Internet. O Marco Civil da Internet.... 103
   12.1. O comércio eletrônico 103
   12.2. A responsabilidade civil nos meios eletrônicos 105
13. Responsabilidade civil por dano atômico 111

CASOS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE POR ATO OU FATO DE TERCEIRO

14. Da presunção de culpa à responsabilidade independentemente de culpa 115
15. A responsabilidade solidária das pessoas designadas no art. 932 do Código Civil 118
16. Responsabilidade dos pais 119
17. Responsabilidade dos tutores e curadores 126
18. Responsabilidade dos empregadores ou comitentes pelos atos dos empregados, serviçais e prepostos 127
18.1. Conceito de empregado, serviçal e preposto 127
18.2. Responsabilidade presumida, *juris et de jure* 129
18.3. Requisitos para a configuração da responsabilidade do empregador ou comitente 131
19. Responsabilidade dos educadores 135
20. Responsabilidade dos hoteleiros e estalajadeiros 144
21. Responsabilidade dos que participaram no produto do crime 147
22. A ação regressiva daquele que paga a indenização, contra o causador do dano 148
22.1. Direito regressivo como consequência natural da responsabilidade indireta 148
22.2. Exceções à regra 149

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS E DAS EMPRESAS PELOS PRODUTOS POSTOS EM CIRCULAÇÃO

23. Cláusula geral de responsabilidade objetiva 153
24. Sintonia com a legislação consumerista 153

RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO

25. Evolução: da fase da irresponsabilidade à da responsabilidade objetiva 155
26. Responsabilidade civil da Administração Pública na Constituição Federal de 1988 159

27. Responsabilidade civil do Estado pelos atos omissivos de seus agentes 163
28. Sujeitos passivos da ação: Estado e funcionário 168
29. Denunciação da lide ao funcionário ou agente público 171
30. Responsabilidade civil do Estado em acidentes de veículos 174
31. Culpa do funcionário, culpa anônima, deficiência ou falha do serviço público 176
32. Dano resultante de força maior 177
33. Culpa da vítima 179
34. Atividade regular do Estado, mas causadora de dano 179
35. Responsabilidade do Estado por atos judiciais 181
35.1. Atos judiciais em geral 181
35.2. Erro judiciário 184
36. Responsabilidade do Estado por atos legislativos 188
36.1. Danos causados por lei inconstitucional 188
36.2. Dano causado por lei constitucionalmente perfeita 189
36.3. Imunidade parlamentar 191

RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA

37. A responsabilidade na guarda da coisa inanimada: origem, evolução e aplicação no direito brasileiro 193
38. Privação da guarda e responsabilidade 197
39. Responsabilidade pela ruína do edifício 199
39.1. A presunção de responsabilidade 199
39.2. Extensão da regra às benfeitorias incorporadas ao edifício 201
40. Responsabilidade resultante de coisas líquidas e sólidas (*effusis* e *dejectis*) que caírem em lugar indevido 202
41. Responsabilidade decorrente do exercício de atividade perigosa 206
41.1. O exercício de atividade perigosa como fundamento da responsabilidade civil 206
41.2. A inovação introduzida pelo parágrafo único do art. 927 do Código de 2002..... 207
42. Responsabilidade em caso de arrendamento e de parceria rural . 210
43. Responsabilidade das empresas locadoras de veículos 211
44. Responsabilidade em caso de arrendamento mercantil (*leasing*) 213
45. Responsabilidade em caso de alienação fiduciária 217

RESPONSABILIDADE PELO FATO
OU GUARDA DE ANIMAIS

46. A responsabilidade objetiva do dono ou detentor do animal 218
47. As excludentes admitidas e a inversão do ônus da prova 222

CAPÍTULO II
RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

A RESPONSABILIDADE DECORRENTE
DOS TRANSPORTES

1. Introdução 224
2. Contrato de transporte. Disposições gerais 226
3. O transporte de pessoas 227
3.1. O transporte terrestre 230
3.2. O transporte aéreo 235
3.3. O transporte marítimo 239
4. O transporte de bagagem 240
5. O Código de Defesa do Consumidor e sua repercussão na responsabilidade civil do transportador 240
5.1. O fortuito e a força maior 241
5.2. Transporte aéreo e indenização tarifada 242
6. O transporte de coisas 246
7. O transporte gratuito 247

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS

8. Natureza jurídica do depósito bancário 252
9. Responsabilidade pelo pagamento de cheque falso 253
10. Responsabilidade dos bancos pela subtração de bens depositados em seus cofres 258
11. A responsabilidade dos bancos em face do Código de Defesa do Consumidor 262
11-A. Responsabilidade dos bancos pela segurança dos clientes 264

A RESPONSABILIDADE DOS MÉDICOS, CIRURGIÕES PLÁSTICOS E CIRURGIÕES-DENTISTAS

12. A responsabilidade dos médicos 266
13. Erro médico: erro profissional, erro de diagnóstico, iatrogenia .. 272
14. A responsabilidade dos cirurgiões plásticos 273
15. A responsabilidade do anestesista 276
16. A responsabilidade dos hospitais e dos laboratórios 277
17. Planos de saúde 279
18. A responsabilidade dos cirurgiões-dentistas 280

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADVOGADOS

19. Fundamento e configuração da responsabilidade 281
20. Responsabilidade pela perda de uma chance 285
21. Inviolabilidade profissional 287

RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

22. Aspectos gerais da responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor 288
23. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço 291
24. A responsabilidade por vício do produto e do serviço 292
25. As excludentes da responsabilidade civil 296

A RESPONSABILIDADE DOS EMPREITEIROS E CONSTRUTORES

26. Contrato de construção 298
27. Construção por empreitada 299
28. Construção por administração 300
29. A responsabilidade do construtor 301
30. Responsabilidade pela perfeição da obra 302
31. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra 303
32. Responsabilidade pelos vícios redibitórios 304
33. Responsabilidade por danos a vizinhos e a terceiros 305

34. O contrato de construção como relação de consumo (Código de Defesa do Consumidor) 307

A RESPONSABILIDADE DOS DEPOSITÁRIOS E ENCARREGADOS DA GUARDA E VIGILÂNCIA DOS VEÍCULOS (ESTACIONAMENTOS, SUPERMERCADOS, RESTAURANTES, "SHOPPING CENTERS" ETC.)

35. Contrato de depósito, de guarda e análogos 308
36. A responsabilidade dos donos de estacionamentos e postos de gasolina 309
37. A responsabilidade dos donos de oficinas mecânicas 311
38. A responsabilidade dos donos de restaurantes e hotéis 312
39. A responsabilidade das escolas e universidades 314
40. A responsabilidade dos donos de supermercados e *shopping centers* 315
41. A responsabilidade dos condomínios edilícios 317

ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL

42. Indenização acidentária 317
43. Avanço representado pela Constituição Federal de 1988 318

A RESPONSABILIDADE DOS TABELIÃES

44. A disciplina na Constituição Federal de 1988 319
45. Responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva do tabelião 321

TÍTULO II
DA CULPA

CAPÍTULO I
CONCEITO

1. Culpa *lato sensu*. Elementos da culpa 325
1.1. O dever de cuidado 327
1.2. Previsão e previsibilidade 328
1.3. Imprudência, negligência e imperícia 328

1.4. Espécies 329
1.4.1. Culpa grave, leve e levíssima 329
1.4.2. Culpa contratual e extracontratual 330
1.4.3. Culpa *in eligendo*, *in vigilando* e *in custodiendo*; culpa *in comittendo* e *in omittendo* 331
1.4.4. Culpa presumida 331
1.4.5. Culpa contra a legalidade 332
1.4.6. Culpa exclusiva e culpa concorrente 334
2. Culpa e risco 336

Capítulo II
A CULPA NO CÍVEL E NO CRIME

1. Unidade da jurisdição e interação civil e penal 339
2. A sentença condenatória proferida no juízo criminal 344
2.1. Fundamentos legais 344
2.2. Medidas processuais adequadas 347
2.3. Competência 349
2.4. Legitimidade ativa e passiva 350
3. A sentença absolutória proferida no crime 352
4. Efeitos da coisa julgada civil na esfera criminal 355
5. Suspensão do curso da ação civil 356

Título III
DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

1. O liame da causalidade 360
2. A pesquisa do nexo causal 361
3. A negação do liame da causalidade: as excludentes da responsabilidade 365

Título IV
DO DANO E SUA LIQUIDAÇÃO

Capítulo I
DO DANO INDENIZÁVEL

1. Conceito e requisitos do dano 367

2. Espécies de dano 369

O DANO MATERIAL

3. Titulares da ação de ressarcimento do dano material 371
3.1. O lesado e os dependentes econômicos (cônjuge, descendentes, ascendentes, irmãos) 371
3.2. Os companheiros 372
4. Perdas e danos: o dano emergente e o lucro cessante 373
5. A influência de outros elementos 375
5.1. Cumulação da pensão indenizatória com a de natureza previdenciária 375
5.2. Dedução do seguro obrigatório 376
6. Alteração da situação e dos valores 377
6.1. A correção monetária 377
6.2. A garantia do pagamento futuro das prestações mensais 380
6.3. Prisão civil do devedor. Natureza da obrigação alimentar ... 382
6.4. Atualização e revisão das pensões 383
6.5. A incidência dos juros. Juros simples e compostos 385
6.6. O cálculo da verba honorária 386

O DANO MORAL

7. Conceito 388
8. Bens lesados e configuração do dano moral 389
9. Titulares da ação de reparação do dano moral, por danos diretos e indiretos 390
9.1. Ofendido, cônjuge, companheiro, membros da família, noivos, sócios etc. 390
9.2. Incapazes (menores impúberes, amentais, nascituros, portadores de arteriosclerose etc.) 393
9.3. A pessoa jurídica 397
10. Características dos direitos da personalidade. A intransmissibilidade e a imprescritibilidade 397
11. A prova do dano moral 399
12. Objeções à reparação do dano moral 400
13. Evolução da reparabilidade do dano moral em caso de morte de filho menor 401

14. A reparação do dano moral e a Constituição Federal de 1988 403
15. Cumulação da reparação do dano moral com o dano material ... 404
16. Natureza jurídica da reparação 405
17. A quantificação do dano moral 407
17.1. Tarifação e arbitramento 408
17.2. Critérios para o arbitramento da reparação 409
17.3. Fixação do *quantum* do dano moral vinculada ao salário mínimo 417
18. Valor da causa na ação de reparação do dano moral 418
19. Antecipação da tutela nas ações de reparação do dano moral 419
20. Dano moral e culpa contratual 423
21. Dano moral no direito do trabalho 425
22. Assédio sexual e dano moral 427
23. Adultério e separação judicial..... 428
24. Dano moral por falta de afeto, abandono e rejeição dos filhos.... 429
25. Apresentação de cheque antes da data convencionada 432
26. Atraso na entrega de imóvel comprado na planta..... 433
27. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça relativas ao dano moral 433

Capítulo II
DA LIQUIDAÇÃO DO DANO

PRINCÍPIOS GERAIS

1. O grau de culpa e sua influência na fixação da indenização 435
2. Decisão por equidade, em caso de culpa leve ou levíssima 436
3. Culpa exclusiva da vítima 438
4. Culpa concorrente 438
5. A liquidação por arbitramento 439
6. A liquidação pelo procedimento comum 440
7. Modos de reparação do dano 441
7.1. A reparação específica 441
7.2. A reparação por equivalente em dinheiro 441

A LIQUIDAÇÃO DO DANO EM FACE DO DIREITO POSITIVO, DA DOUTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA

8. Indenização em caso de homicídio 443

8.1. Morte de filho menor 444
8.2. Morte de chefe de família 447
8.3. Morte de esposa ou companheira 448
8.4. Cálculo da indenização 450
9. Indenização em caso de lesão corporal 452
9.1. Lesão corporal de natureza leve 452
9.2. Lesão corporal de natureza grave 453
9.3. Dano estético 454
9.4. Inabilitação para o trabalho 455
9.4.1. A indenização devida 455
9.4.2. A situação dos aposentados e idosos que não exercem atividade laborativa 457
9.4.3. A duração da pensão e sua não cumulação com os benefícios previdenciários 458
9.4.4. O pagamento de pensão a menores que ainda não exercem atividade laborativa 459
9.4.5. Arbitramento e pagamento por verba única 460
10. Homicídio e lesão corporal provocados no exercício de atividade profissional 460
11. A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais 461
12. Indenização em caso de usurpação ou esbulho de coisa alheia. O valor de afeição 463
13. Indenização por ofensa à liberdade pessoal 465

Livro III
OS MEIOS DE DEFESA OU AS EXCLUDENTES DA ILICITUDE

1. O estado de necessidade 469
2. A legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estrito cumprimento do dever legal 472
3. A culpa exclusiva da vítima 475
4. O fato de terceiro 477
4.1. O causador direto do dano e o ato de terceiro 477
4.2. O fato de terceiro e a responsabilidade contratual do transportador 479

4.3. O fato de terceiro em casos de responsabilidade aquiliana .. 480
4.4. Fato de terceiro e denunciação da lide 482
5. Caso fortuito e força maior 484
6. Cláusula de irresponsabilidade ou de não indenizar 487
7. A prescrição 490

Livro IV
RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMOBILÍSTICA

Título I
INTRODUÇÃO

1. Novos rumos da responsabilidade civil automobilística 495
2. Da culpa ao risco 497
3. O Código de Trânsito Brasileiro 501

Título II
AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS

1. A propositura da ação 504
2. Apuração dos danos em execução de sentença 505
3. Coisa julgada 506
4. Foro competente 507

Título III
ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMOBILÍSTICA

1. Atropelamento 510
2. Boletim de ocorrência 513
3. Colisão 516
3.1. Colisão com veículo estacionado irregularmente 516
3.2. Colisão com veículo estacionado regularmente 517
3.3. Colisão em cruzamento não sinalizado 518
3.4. Colisão em cruzamento sinalizado 520
3.5. Colisão e preferência de fato 523
3.6. Colisão e sinal (semáforo) amarelo 525

3.7. Colisão múltipla (engavetamento) 527
3.8. Colisão na traseira 528
4. Contramão de direção 532
5. Conversão à esquerda e à direita 533
6. Faixa de pedestres 536
7. Imperícia 539
8. Imprudência 540
9. Marcha à ré 542
10. Ônus da prova 544
11. Propriedade do veículo 546
12. Prova 549
12.1. Considerações gerais 549
12.2. Espécies e valor das provas (testemunhal, documental e pericial) 551
13. Ultrapassagem 554
Bibliografia 557

STJ00105528 - V.5

Carlos Roberto Gonçalves

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil.

DIREITO CIVIL BRASILEIRO

5 DIREITO DAS COISAS

13ª edição
2018

saraiva jur

ISBN 978-85-472-1328-2 obra completa
ISBN 978-85-472-2297-0 volume 5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gonçalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro, volume 5 : direito das coisas / Carlos Roberto Gonçalves. – 13. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

17-1294 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thaís de Camargo Rodrigues

Edição Eveline Gonçalves Denardi
Sergio Lopes de Carvalho

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Diagramação Claudirene de Moura Santos Silva
Revisão Adriana Bairrada

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva
Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento RR Donnelley

Data de fechamento da edição: 6-11-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604503 CAE 623572

1020885

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. Direito das coisas 19
   1.1. Conceito 19
   1.2. Evolução histórica 21
   1.3. Conteúdo 24
2. Direitos reais e pessoais 26
   2.1. Caracteres distintivos 29
   2.2. Princípios fundamentais dos direitos reais 30
3. Figuras híbridas ou intermédias 38
   3.1. Obrigações *propter rem* 39
   3.2. Ônus reais 41
   3.3. Obrigações com eficácia real 42

TÍTULO I
DA POSSE

CAPÍTULO I
NOÇÕES GERAIS SOBRE A POSSE

1. Introdução ao estudo da posse 44
   1.1. As dificuldades do estudo do tema 44
   1.2. Fundamento da posse. *Jus possessionis* e *jus possidendi* 45
2. Origem histórica da posse 47
3. Teorias sobre a posse 48
   3.1. Teoria subjetiva de SAVIGNY 49
   3.2. Teoria objetiva de IHERING 51
   3.3. Teorias sociológicas 56

4. Conceito de posse 59
5. Posse e detenção 62
6. Posse e quase posse 66
7. O objeto da posse e a posse dos direitos pessoais 67
8. Natureza jurídica da posse 72

Capítulo II
CLASSIFICAÇÃO DA POSSE

1. Espécies de posse 78
2. Posse direta e posse indireta 79
3. Posse exclusiva, composse e posses paralelas 82
4. Posse justa e posse injusta 85
5. Posse de boa-fé e posse de má-fé 93
6. Posse nova e posse velha 101
7. Posse natural e posse civil ou jurídica 103
8. Posse *ad interdicta* e posse *ad usucapionem* 103
9. Posse *pro diviso* e posse *pro indiviso* 104

Capítulo III
DA AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE

1. Introdução 106
2. Modos de aquisição da posse 107
   2.1. Modos originários de aquisição da posse 108
      2.1.1. Apreensão da coisa 109
      2.1.2. Exercício do direito 110
      2.1.3. Disposição da coisa ou do direito 111
   2.2. Modos derivados de aquisição da posse 111
      2.2.1. Tradição 111
      2.2.2. Sucessão na posse 114
3. Quem pode adquirir a posse 117
4. Perda da posse 121
5. Recuperação de coisas móveis e títulos ao portador 125
6. Perda da posse para o ausente 127

Capítulo IV
DOS EFEITOS DA POSSE

1. Tutela da posse 129
   1.1. Introdução 129
   1.2. A proteção possessória 130
2. Ações possessórias em sentido estrito 132
   2.1. Legitimação ativa e passiva 132
   2.2. Conversão de ação possessória em ação de indenização 136
3. Ações possessórias na técnica do Código de Processo Civil 136
   3.1. A fungibilidade dos interditos 136
   3.2. Cumulação de pedidos 138
   3.3. Caráter dúplice das ações possessórias 139
   3.4. Distinção entre juízo possessório e juízo petitório. A exceção de domínio 141
   3.5. Procedimento: ação de força nova e ação de força velha. Ação possessória relativa a coisa móvel 143
   3.6. A exigência de prestação de caução 144

Capítulo V
DA MANUTENÇÃO E DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

1. Características e requisitos 147
   1.1. Introdução 147
   1.2. Posse 147
   1.3. Turbação 150
   1.4. Esbulho 152
   1.5. Data da turbação ou do esbulho 154
   1.6. Continuação ou perda da posse 156
2. O procedimento 156
   2.1. A petição inicial 156
   2.2. Da liminar 158
      2.2.1. Concessão de liminar contra pessoa jurídica de direito público 163
      2.2.2. Recurso cabível 164
      2.2.3. Execução da decisão concessiva de liminar 164
   2.3. Contestação e procedimento comum 166
3. Execução da sentença 167
4. Embargos do executado e de retenção por benfeitorias 168
5. Embargos de terceiro 169

Capítulo VI
DO INTERDITO PROIBITÓRIO

1. Características e requisitos 170
2. Cominação de pena pecuniária 172

Capítulo VII
AÇÕES AFINS AOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS

1. Ação de imissão na posse 174
   1.1. Características e natureza jurídica 174
   1.2. Imissão na posse e reivindicatória 178
2. Ação de nunciação de obra nova 180
   2.1. Conteúdo e pressupostos 180
   2.2. Legitimidade para a ação 185
3. Embargos de terceiro 186
   3.1. Introdução 186
   3.2. Pressupostos 188
   3.3. Parte equiparada a terceiro 190
   3.4. Legitimidade ativa e passiva. A legitimidade ativa do cônjuge .. 191
   3.5. Caso especial: embargos do credor com garantia real 196
   3.6. Fraude contra credores e fraude à execução 197
   3.7. Procedimento 199

Capítulo VIII
OS DEMAIS EFEITOS DA POSSE

1. A percepção dos frutos 202
   1.1. Introdução 202
   1.2. Noção e espécies de frutos 203
   1.3. Regras da restituição (CC, arts. 1.214 a 1.216) 204
2. A responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa 206
3. A indenização das benfeitorias e o direito de retenção 207
   3.1. O possuidor e os melhoramentos que realizou na coisa 207
   3.2. Regras da indenização das benfeitorias (CC, arts. 1.219 a 1.222) 210
   3.3. Direito de retenção: conceito, fundamento, natureza jurídica e modo de exercício 212

Título II
DOS DIREITOS REAIS

Capítulo Único
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito 216
2. Espécies 220
3. Aquisição dos direitos reais 221

Título III
DA PROPRIEDADE

Capítulo I
DA PROPRIEDADE EM GERAL

1. Conceito 223
2. Elementos constitutivos da propriedade 225
3. Ação reivindicatória 226
   3.1. Pressupostos e natureza jurídica 227
   3.2. Objeto da ação reivindicatória 231
   3.3. Legitimidade ativa e passiva 232
4. Outros meios de defesa da propriedade 234
   4.1. Ação negatória 234
   4.2. Ação de dano infecto 236
5. Caracteres da propriedade 237
6. Evolução do direito de propriedade. Função social da propriedade 239
7. Restrições ao direito de propriedade 240
8. Fundamento jurídico da propriedade 242
9. Da descoberta 245

Capítulo II
DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

1. Introdução 248
2. Modos de aquisição 249

DA USUCAPIÃO

3. Conceito e fundamento 251

4. Espécies 254
4.1. Usucapião extraordinária 255
4.2. Usucapião ordinária 256
4.3. Usucapião especial 256
4.3.1. Usucapião especial rural 257
4.3.2. Usucapião especial urbana 259
4.3.2.1. Usucapião urbana individual do Estatuto da Cidade 261
4.3.2.2. Usucapião urbana coletiva do Estatuto da Cidade 263
4.3.2.3. Usucapião imobiliária administrativa 268
4.3.3. Usucapião familiar 269
4.4. Usucapião indígena 272
4.5. Usucapião extrajudicial 273
5. Pressupostos da usucapião 274
5.1. Coisa hábil 275
5.2. Posse 279
5.3. Tempo 285
5.4. Justo título 286
5.5. Boa-fé 289
6. Ação de usucapião 292

DA AQUISIÇÃO PELO REGISTRO DO TÍTULO

7. Do registro do título 297
8. Princípios que regem o registro de imóveis 299
8.1. Princípio da publicidade 299
8.2. Princípio da força probante (fé pública) ou presunção 300
8.3. Princípio da legalidade 302
8.4. Princípio da territorialidade 303
8.5. Princípio da continuidade 304
8.6. Princípio da prioridade 305
8.7. Princípio da especialidade 306
8.8. Princípio da instância 306
9. Matrícula, registro e averbação 307
10. Livros obrigatórios 309
11. Retificação do registro 310

DA AQUISIÇÃO POR ACESSÃO

12. Conceito e formas de acessão 312

13. Acessões físicas ou naturais 313
13.1. Acessão pela formação de ilhas 313
13.2. Aluvião 314
13.3. Avulsão 315
13.4. Álveo abandonado 316
14. Acessões industriais: construções e plantações 317

Capítulo III
DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL

1. Introdução 322
2. Da usucapião 322
3. Da ocupação 324
4. Do achado do tesouro 324
5. Da tradição 325
6. Da especificação 328
7. Da confusão, da comistão e da adjunção 328

Capítulo IV
DA PERDA DA PROPRIEDADE

1. Introdução 330
2. Modos de perda 331
2.1. Perda pela alienação 331
2.2. Perda pela renúncia 331
2.3. Perda pelo abandono 331
2.4. Perda pelo perecimento da coisa 332
2.5. Perda da propriedade mediante desapropriação 332
2.5.1. Fundamento jurídico 332
2.5.2. Pressupostos para a desapropriação 335
2.5.3. Objeto da desapropriação 337
2.5.4. Processo de desapropriação 340
2.5.5. Montante da indenização 343
2.5.6. Retrocessão 346

Capítulo V
DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA

1. Introdução 348

2. Do uso anormal da propriedade 350
2.1. Espécies de atos nocivos 350
2.2. Soluções para a composição dos conflitos 354
3. Das árvores limítrofes 357
4. Da passagem forçada 359
5. Da passagem de cabos e tubulações 361
6. Das águas 362
7. Dos limites entre prédios e do direito de tapagem 366
8. Do direito de construir 370
8.1. Limitações e responsabilidades 370
8.2. Devassamento da propriedade vizinha 372
8.3. Águas e beirais 375
8.4. Paredes divisórias 376
8.5. Do uso do prédio vizinho 378

CAPÍTULO VI
DO CONDOMÍNIO GERAL

1. Do condomínio voluntário 380
1.1. Conceito e espécies. O condomínio fechado 380
1.2. Direitos e deveres dos condôminos 384
1.3. Extinção do condomínio 390
1.4. Administração do condomínio 393
2. Do condomínio necessário 394

CAPÍTULO VII
DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO

1. Considerações iniciais 396
2. Natureza jurídica 398
3. Instituição e constituição do condomínio 399
4. Estrutura interna do condomínio 405
5. Direitos e deveres dos condôminos 408
5.1. Deveres dos condôminos 408
5.2. Direitos dos condôminos 425
6. Da administração do condomínio em edificações 427
7. Da extinção do condomínio edilício 432
8. Do condomínio de lotes 434

Capítulo VIII
DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL

1. Conceito 435
2. Natureza jurídica 435
3. Causas de resolução da propriedade 436
   3.1. Resolução pelo implemento da condição ou pelo advento do termo 436
   3.2. Resolução por causa superveniente 438

Capítulo IX
DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA

1. Conceito 439
2. Modos de constituição 443
3. Direitos e obrigações do fiduciante 445
4. Direitos e obrigações do fiduciário 446
5. Pacto comissório 446
6. Procedimento no caso de inadimplemento do contrato 447

Título IV
DA SUPERFÍCIE

1. Conceito 450
2. Modos de constituição 455
3. Transferência do direito de superfície 457
4. Extinção do direito de superfície 458

Título V
DAS SERVIDÕES

1. Conceito 461
2. Características das servidões 463
3. Classificação das servidões 466
4. Modos de constituição 468
   4.1. Servidão constituída por ato humano 468
      4.1.1. Negócio jurídico *causa mortis* ou *inter vivos* 468
      4.1.2. Sentença proferida em ação de divisão 469
      4.1.3. Usucapião 470
      4.1.4. Destinação do proprietário 471
   4.2. Servidão constituída por fato humano 472

5. Regulamentação das servidões 473
5.1. Obras necessárias à sua conservação e uso 473
5.2. Exercício das servidões 475
5.3. Remoção da servidão 476
6. Ações que protegem as servidões 478
7. Extinção das servidões 480

Título VI
DO USUFRUTO

1. Conceito 484
2. Características do usufruto 486
3. Modos de constituição 489
4. Coisas objeto de usufruto 490
5. Analogias com o fideicomisso, a enfiteuse e a locação 491
6. Espécies de usufruto 493
7. Dos direitos do usufrutuário 495
8. Modalidades peculiares de usufruto 499
8.1. Usufruto dos títulos de crédito 499
8.2. Usufruto de um rebanho 500
8.3. Usufruto de bens consumíveis (quase usufruto) 501
8.4. Usufruto de florestas e minas 502
8.5. Usufruto sobre universalidade ou quota-parte 503
9. Dos deveres do usufrutuário 504
9.1. Obrigações anteriores ao usufruto 504
9.2. Obrigações simultâneas ao usufruto 505
9.3. Obrigações posteriores ao usufruto 507
10. Da extinção do usufruto 508

Título VII
DO USO

1. Conceito e características 512
2. Objeto do uso 514
3. Necessidades pessoais e da família do usuário 514
4. Modos de extinção do uso 515

Título VIII
DA HABITAÇÃO

1. Conceito 516

2. Regulamentação legal 516

TÍTULO IX
DO DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR

1. Conceito e características 519
2. Evolução da promessa de compra e venda no direito brasileiro 521
3. A disciplina do direito do promitente comprador no Código da concessão de uso especial para fins de moradia 523

TÍTULO X
DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

1. Conceito 530
2. Regulamentação legal 530

TÍTULO XI
DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

1. Conceito 533
2. Regulamentação legal 533

TÍTULO XII
DA LAJE

1. Conceito 535
2. Regulamentação legal 536

TÍTULO XIII
DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA
(DO PENHOR, DA HIPOTECA E DA ANTICRESE)

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito e características 539
2. Requisitos dos direitos reais de garantia 544
2.1. Requisitos subjetivos 544

2.2. Requisitos objetivos 547
2.3. Requisitos formais 548
3. Efeitos dos direitos reais de garantia 550
3.1. Direito de preferência 550
3.2. Direito de sequela 553
3.3. Direito de excussão 554
3.4. Indivisibilidade 555
4. Vencimento antecipado da dívida 557
5. Garantia real outorgada por terceiro 561
6. Cláusula comissória 562
7. Responsabilidade do devedor pelo remanescente da dívida 564

CAPÍTULO II
DO PENHOR

1. Conceito 565
2. Características 566
3. Objeto do penhor 567
4. Forma 569
5. Direitos do credor pignoratício 570
6. Obrigações do credor pignoratício 573
7. Direitos e obrigações do devedor pignoratício 575
8. Espécies de penhor 576
8.1. Penhor rural 577
8.1.1. Introdução 577
8.1.2. Penhor agrícola 581
8.1.3. Penhor pecuário 582
8.2. Penhor industrial e mercantil 584
8.3. Penhor de direitos e títulos de crédito 587
8.4. Penhor de veículos 595
8.5. Penhor legal 597
9. Extinção do penhor 602

CAPÍTULO III
DA HIPOTECA

1. Conceito 606
2. Características 608
3. Requisitos jurídicos da hipoteca 609

3.1. Requisito objetivo. Hipoteca naval, aérea, de vias férreas e de recursos naturais 609
3.2. Requisito subjetivo 618
3.3. Requisito formal: título, especialização, registro 620
4. Espécies de hipoteca 626
4.1. Hipoteca convencional 626
4.2. Hipoteca legal 626
4.3. Hipoteca judicial 630
5. Pluralidade de hipotecas 631
6. Efeitos da hipoteca 634
6.1. Efeitos em relação ao devedor 634
6.2. Efeitos em relação ao credor 635
6.3. Efeitos em relação a terceiros 636
7. Direito de remição 637
8. Perempção da hipoteca 641
9. Prefixação do valor do imóvel hipotecado para fins de arrematação, adjudicação e remição 643
10. Hipotecas constituídas no período suspeito da falência 644
11. Instituição de loteamento ou condomínio no imóvel hipotecado 645
12. Cédula hipotecária 648
13. Execução da dívida hipotecária 648
14. Extinção da hipoteca 650

Capítulo IV
DA ANTICRESE

1. Conceito 655
2. Características 656
3. Efeitos da anticrese 657
4. Modos de extinção da anticrese 658

Título XIV
DA ENFITEUSE

1. Conceito 659
2. Objeto da enfiteuse 659
3. Características da enfiteuse 660
4. Extinção da enfiteuse 661

Bibliografia 663

STJ00107024 -V.7

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil.

Direito Civil BRASILEIRO

7 DIREITO DAS SUCESSÕES

13ª edição
2019

saraiva jur

STJ00107024 -V.7

ISBN 978-85-53607-65-5 obra completa
ISBN 978-85-53602-77-3 volume 7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gonçalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro, volume 7 : direito das sucessões / Carlos Roberto Gonçalves. – 13. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito civil - Brasil 2. Direito das sucessões 3. Direito das sucessões - Brasil I. Título.

18-1077 CDU 347.65(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito das sucessões : Direito civil 347.65(81)

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Claudirene de Moura Santos Silva

Revisão Cecília Devus
Denise Pisaneschi
Ivani Aparecida Martins Cazarim
Ivone Rufino Calabria
Willians Calazans de V. de Melo

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Brasilform Editora e Ind. Gráfica

Data de fechamento da edição: 30-10-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605156 CAE 630564

1020885

STJ00107024 -V.7

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO ÚNICO
ORIGEM E FUNDAMENTO DO DIREITO DAS SUCESSÕES

1. Conceito 19
2. Evolução histórica 21
3. Fundamento do direito das sucessões 25
4. Conteúdo do direito das sucessões 29

TÍTULO I
DA SUCESSÃO EM GERAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Abertura da sucessão 32
2. Momento da transmissão da herança. A comoriência 35
3. Transmissão da posse: o princípio da *saisine* 37
4. Espécies de sucessão e de sucessores 41
   4.1. Sucessão legítima e testamentária 41
   4.2. Liberdade de testar 43
   4.3. Sucessão a título universal e a título singular 44
   4.4. Sucessão contratual 45
   4.5. Sucessões irregulares 46
   4.6. Espécies de sucessores 47
5. Lugar em que se abre a sucessão 47

CAPÍTULO II
DA HERANÇA E DE SUA ADMINISTRAÇÃO

1. A herança como um todo unitário 50
2. A indivisibilidade do direito dos coerdeiros 51
3. Responsabilidade dos herdeiros 52
4. Cessão de direitos hereditários 54
   4.1. Conceito 54
   4.2. Forma e objeto 56
   4.3. Direito de preferência do coerdeiro 59
5. Abertura do inventário 60
   5.1. Foro competente 61
   5.2. Nomeação do inventariante 61
   5.3. Natureza jurídica da inventariança 65
   5.4. Remoção do inventariante 66
6. Administração provisória da herança 67

CAPÍTULO III
DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1. Legitimação para suceder: regra geral e exceção 69
2. Legitimação para suceder por testamento 71
3. Os que não podem ser nomeados herdeiros testamentários nem legatários 80
4. Simulação de contrato oneroso e interposição de pessoa 84

CAPÍTULO IV
DA ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

1. Conceito de aceitação de herança 88
2. Espécies de aceitação 90
   2.1. Quanto à sua forma 90
   2.2. Quanto ao agente 94
3. Características da aceitação 98
4. Irretratabilidade da aceitação 100
5. Anulação da aceitação 101
6. Conceito de renúncia 101
7. Espécies de renúncia 105
8. Restrições legais ao direito de renunciar 106
9. Efeitos da renúncia 108

10. Ineficácia e invalidade da renúncia 110
11. Irretratabilidade da renúncia 111

Capítulo V
DOS EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO

1. Conceito e fundamento da indignidade 113
2. Causas de exclusão por indignidade 114
3. Falta de legitimação para suceder, indignidade e deserdação 121
4. Procedimento para obtenção da exclusão 124
5. Reabilitação ou perdão do indigno 129
6. Efeitos da exclusão 130
7. Validade dos atos praticados pelo herdeiro aparente 132

Capítulo VI
DA HERANÇA JACENTE E DA HERANÇA VACANTE

1. Conceito de herança jacente 136
2. Natureza jurídica da herança jacente 137
3. Hipóteses de jacência 138
4. Conceito de vacância da herança 139
5. Efeitos da declaração de vacância 140

Capítulo VII
DA PETIÇÃO DE HERANÇA

1. Conceito 143
2. Natureza jurídica da ação 145
3. Partes legítimas 148
4. Efeitos da sentença 150
5. Herdeiro aparente 153
6. Prescrição 154

Título II
DA SUCESSÃO LEGÍTIMA

Capítulo I
DA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1. Introdução 158

2. Da ordem da vocação 161
2.1. Sucessão dos descendentes. A parentalidade socioafetiva .. 165
2.1.1. Igualdade do direito sucessório dos descendentes..... 169
2.1.2. O sistema de vocação concorrente do cônjuge com os descendentes do autor da herança. O direito real de habitação 171
2.1.3. A reserva da quarta parte da herança em favor do cônjuge sobrevivente na concorrência com os descendentes 180
2.1.4. Concorrência sucessória do companheiro sobrevivo... 183
2.2. Sucessão dos ascendentes..... 184
2.3. Sucessão do cônjuge sobrevivente 186
2.4. Sucessão do companheiro sobrevivente 193
2.4.1. A regulamentação da união estável antes do Código Civil de 2002..... 193
2.4.2. A união estável no Código Civil de 2002 194
2.4.2.1. Igualdade de direitos sucessórios do companheiro e do cônjuge proclamada pelo Supremo Tribunal Federal..... 200
2.4.2.2. Concorrência do companheiro com o cônjuge sobrevivente..... 203
2.5. Sucessão dos colaterais 204
2.6. Recolhimento da herança pelo Município, Distrito Federal e União..... 207

Capítulo II
DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS

1. Introdução 209
2. Restrição à liberdade de testar. Legítima e metade disponível..... 211
3. Cláusulas restritivas..... 214
3.1. Cláusula de inalienabilidade..... 217
3.2. Cláusula de incomunicabilidade..... 219
3.3. Cláusula de impenhorabilidade 219
3.4. Sub-rogação de vínculos 220

Capítulo III
DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

1. Conceito 221
2. Fundamento jurídico 222

3. Requisitos do direito de representação 223
4. Linhas em que se dá o direito de representação 226
5. Efeitos da representação 227

Título III
DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

Capítulo I
DO TESTAMENTO EM GERAL

1. Introdução 229
2. Antecedentes históricos 230
3. Conceito de testamento 232
4. Características do testamento 233

Capítulo II
DA CAPACIDADE DE TESTAR

1. A capacidade testamentária ativa como regra 238
2. Incapacidade em razão da idade 240
3. Incapacidade por falta de discernimento ou enfermidade mental .. 242
4. Incapacidade testamentária dos relativamente incapazes 246
5. Hipóteses não geradoras de incapacidade 248
6. Momento em que se exige a capacidade 250
7. Impugnação da validade do testamento. Captação da vontade 252

Capítulo III
DAS FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1. Introdução 256
2. Invalidade do testamento conjuntivo 258
3. Perda ou destruição e reconstituição do testamento 259
4. Testamento público 260
   4.1. Requisitos e formalidades 261
      4.1.1. Lavratura pelo tabelião ou seu substituto legal em seu livro de notas 261
      4.1.2. Leitura em voz alta na presença de duas testemunhas... 266
      4.1.3. Necessidade da presença das testemunhas durante todo o tempo 268
      4.1.4. Data e assinatura 271

4.1.5. Menção da observância das formalidades legais 273
4.2. Registro e cumprimento do testamento público 274
5. Testamento cerrado 275
5.1. Requisitos e formalidades 277
5.1.1. Cédula testamentária 277
5.1.2. Ato de entrega do testamento cerrado 280
5.1.3. Auto de aprovação 281
5.1.4. Cerramento 283
5.2. Abertura, registro e cumprimento do testamento cerrado ... 283
6. Testamento particular 285
6.1. Requisitos e formalidades 288
6.2. Publicação e confirmação do testamento particular 293
6.3. Confecção do testamento particular em circunstâncias excepcionais 295
7. Testemunhas instrumentárias 296

Capítulo IV
DOS CODICILOS

1. Conceito 300
2. Objeto do codicilo 301
3. Redução do valor ou dos bens pelo juiz 303
4. Requisitos do codicilo 305
5. Espécies de codicilo 307
6. Revogação do codicilo 307
7. Execução do codicilo 309

Capítulo V
DOS TESTAMENTOS ESPECIAIS

1. Introdução 310
2. Testamento marítimo 312
2.1. Conceito 312
2.2. Requisitos do testamento marítimo 313
2.3. Formas de testamento marítimo 313
2.4. Caducidade do testamento marítimo e do aeronáutico 315
3. Testamento aeronáutico 316
3.1. Conceito 316
3.2. Formas e requisitos do testamento aeronáutico 317
4. Testamento militar 318

4.1. Conceito 318
4.2. Requisitos do testamento militar 319
4.3. Formas de testamento militar 320
4.4. Caducidade do testamento militar 322
4.5. Disposições processuais 323
5. Testamento vital 324

Capítulo VI
DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS EM GERAL

1. Introdução 327
2. Interpretação dos testamentos 328
2.1. Regras práticas estabelecidas pela doutrina e pela jurisprudência 330
2.2. Normas interpretativas do Código Civil 332
3. Regras proibitivas 337
3.1. Nomeação de herdeiro a termo 337
3.2. Instituição de herdeiro sob condição captatória 338
3.3. Referência a pessoa incerta 340
3.4. Favorecimento de pessoa incerta, a ser identificada por terceiro 341
3.5. Delegação ao herdeiro, ou a outrem, da prerrogativa de fixar o valor do legado 342
3.6. Favorecimento de pessoas a que se referem os arts. 1.801 e 1.802 342
4. Regras permissivas 343
4.1. Nomeação pura e simples 344
4.2. Nomeação sob condição 344
4.3. Nomeação com imposição de encargo 350
4.4. Disposição motivada 355
4.5. Nomeação a termo, nas disposições fideicomissárias 357
4.6. Disposição com cláusula de inalienabilidade 358

Capítulo VII
DOS LEGADOS

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Introdução 367
2. Classificação 369

2.1. Legado de coisas 370
2.1.1. Legado de coisa alheia 370
2.1.2. Legado de coisa comum 373
2.1.3. Legado de coisa singularizada 374
2.1.4. Legado de coisa localizada 375
2.2. Legado de crédito ou de quitação de dívida 375
2.3. Legado de alimentos 377
2.4. Legado de usufruto 378
2.5. Legado de imóvel 379

DOS EFEITOS DO LEGADO E DO SEU PAGAMENTO

1. Aquisição dos legados 380
2. Efeitos dos legados quanto às suas modalidades 383
2.1. Frutos da coisa legada. Legado de dinheiro 383
2.2. Legado de renda ou pensão periódica 384
2.3. Legado de coisa incerta 385
2.4. Legado alternativo 386
3. Responsabilidade pelo pagamento do legado 387

DA CADUCIDADE DOS LEGADOS

1. Introdução 388
2. Causas objetivas 390
2.1. Modificação substancial da coisa legada 390
2.2. Alienação da coisa legada 391
2.3. Perecimento ou evicção da coisa legada 393
3. Causas subjetivas 394
3.1. Indignidade do legatário 395
3.2. Premorte do legatário 395
3.3. Renúncia do legatário 396
3.4. Falecimento do legatário antes do implemento da condição suspensiva 396
3.5. Falta de legitimação do legatário 396

CAPÍTULO VIII
DO DIREITO DE ACRESCER ENTRE
HERDEIROS E LEGATÁRIOS

1. Conceito 397
2. Princípios fundamentais 399

3. Requisitos do direito de acrescer 400
4. Espécies de disposições conjuntas 400
5. Direito de acrescer entre coerdeiros 401
6. Direito de acrescer entre colegatários 403
7. Direito de acrescer no legado de usufruto 404

Capítulo IX
DAS SUBSTITUIÇÕES

1. Conceito 406
2. Espécies de substituição 407
3. A substituição vulgar 408
4. A substituição fideicomissária 411
5. A substituição compendiosa 415
6. Direitos e deveres do fiduciário 416
7. Direitos e deveres do fideicomissário 420
8. Caducidade do fideicomisso 422
9. Nulidade do fideicomisso 425
10. Fideicomisso por ato *inter vivos* 426
11. Fideicomisso e usufruto 427

Capítulo X
DA DESERDAÇÃO

1. Conceito 430
2. Distinção entre deserdação e indignidade 432
3. Requisitos de eficácia da deserdação 433
4. Causas de deserdação 436
5. Efeitos da deserdação 442

Capítulo XI
DA REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1. Conceito 445
2. Origem do instituto 447
3. Redução nas doações inoficiosas 447
4. Ordem das reduções 450
5. Redução em legado de bem imóvel 453
6. Ação de redução 454

Capítulo XII
DA REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO

1. Conceito 456
2 Formas de revogação do testamento 457
3. Revogação por testamento ineficaz 461
4. Revogação do testamento revogatório 463

Capítulo XIII
DO ROMPIMENTO DO TESTAMENTO

1. Conceito 465
2. Superveniência de descendente sucessível 466
3. Surgimento de herdeiros necessários ignorados, depois do testamento 469
4. Subsistência do testamento se conhecida a existência de herdeiros necessários 470

Capítulo XIV
DO TESTAMENTEIRO

1. Conceito 472
2. Natureza jurídica 473
3. Espécies de testamenteiro 475
4. Nomeação do testamenteiro 477
5. Aceitação do encargo pelo testamenteiro 479
6. Atribuições do testamenteiro 479
7. Responsabilidade do testamenteiro 483
8. Remuneração do testamenteiro 483
9. Cessação da testamentaria 485

Título IV
DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

Capítulo I
DO INVENTÁRIO

1. Introdução 487

2. Conceito de inventário 488
3. Bens que não se inventariam 490
4. Abertura do inventário judicial 494
5. Espécies de inventário 497
6. Inventário negativo 497
7. Inventariança 498
7.1. Nomeação do inventariante 498
7.2. Atribuições do inventariante 501
7.3. Remoção e destituição do inventariante 502
8. O processamento do inventário 504
8.1. Foro competente 504
8.2. Pedido de abertura 507
8.3. Prestação das primeiras declarações 508
8.4. Citação dos interessados 510
8.5. Fase das impugnações. Questões de alta indagação 511
8.6. Avaliação dos bens inventariados 513
8.7. Últimas declarações do inventariante 514
8.8. Liquidação dos impostos 515
9. Fase da partilha 517
10. O arrolamento sumário 518
10.1. Conceitos e requisitos 518
10.2. Fases processuais 519
10.3. Eliminação de termos e dispensa de avaliação 520
11. O arrolamento comum 521
11.1. Conceito e requisitos 521
11.2. Plano de partilha 521
12. O inventário administrativo 522
12.1. Introdução 522
12.2. Caráter facultativo do procedimento administrativo 523
12.3. Dispensa de homologação judicial da partilha 524
12.4. Partes interessadas 524
12.5. Lavratura de escritura pública por tabelião de notas 526
12.6. Assistência de advogado 527
12.7. Sobrepartilha pela via administrativa 527
12.8. Inventário negativo 528
12.9. Alvará para levantamento ou recebimento de valores 529

CAPÍTULO II
DOS SONEGADOS

1. Introdução 530
2. Conceito 531
3. Quem está sujeito à pena de sonegados 531
4. Pressuposto subjetivo 533
5. Pena cominada 533
6. Momento em que se caracteriza a sonegação 535
7. Ação de sonegados 536

CAPÍTULO III
DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS

1. Introdução 538
2. Responsabilidade do espólio e dos herdeiros 539
3. Habilitação dos créditos. Reserva e separação de bens 540
4. Despesas funerárias 543
5. Herdeiro devedor do espólio 544

CAPÍTULO IV
DA COLAÇÃO

1. Conceito 545
2. Fundamento da colação 546
3. Pessoas sujeitas à colação 547
4. Dispensa da colação 551
5. Modos de efetuar a conferência 556
6. Doação feita por ambos os cônjuges 559

CAPÍTULO V
DA PARTILHA

1. Conceito 560
2. Espécies de partilha 563
3. Partilha em vida 566
4. Regras sobre a partilha 568
5. Sobrepartilha 569

Capítulo VI
DA GARANTIA DOS QUINHÕES HEREDITÁRIOS

1. Efeito declaratório da partilha 572
2. Responsabilidade pela evicção 573

Capítulo VII
DA ANULAÇÃO DA PARTILHA

1. Anulabilidade da partilha 576
2. Rescindibilidade da partilha 577
3. Nulidade da partilha 579
4. Correção de erro de fato e de inexatidões materiais 580

Bibliografia 581